

Distrital pede o apoio da Justiça

Durou cerca de 30 minutos a audiência da deputada distrital, Lúcia Carvalho (PT), com o ministro da Justiça, Maurício Corrêa. A deputada distrital pediu ontem, ao ministro da Justiça que o Executivo encaminhe um projeto de lei ao Congresso Nacional, garantindo os repasses de recursos da União para o Distrito Federal nas áreas de saúde e educação. A segurança pública foi outro ponto discutido durante a reunião.

“Atualmente, não há nenhuma lei que regulamente a manutenção dos recursos para os setores de saú-

de e educação”, disse, acrescentando que apenas a manutenção do setor de segurança está garantida pela Constituição. Ela lembrou o Decreto 48.297, baixado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek. Esse decreto, que vigorou até o governo Collor, criou as fundações Hospitalar e Educacional e as colocou sob a manutenção da União. Durante o governo Collor, foi baixado e, posteriormente revogado, o decreto 323/91, que determinava cortes gradativos dos recursos destinados a estas áreas.

“Agora que estamos sem ne-

nhum dispositivo legal sobre o assunto, o projeto de lei ou um decreto seria uma saída provisória, enquanto não se faz a reforma constitucional, para que esses repasses fiquem garantidos de forma definitiva na Constituição”, afirmou Lúcia Carvalho. O ministro assegurou à deputada que irá buscar uma saída jurídica para a situação. A deputada frisou ainda que a União tem a obrigação de dar essa contribuição financeira para o Distrito Federal. “Nenhum prédio do governo federal paga imposto ao DF, então é justo uma contrapartida”. (Aléssia Barros)